MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

COTAS RACIAIS: OS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS E OS DISCURSOS CONTRÁRIOS

Eduardo Henrique Narciso Borges[1]

RESUMO: A questão das cotas raciais gera grande polêmica na sociedade brasileira fortemente marcada pela crença na ideologia da "democracia racial". Assim sendo, conquista uma grande rejeição em vários setores da sociedade, inclusive entre a população negra e carente para as quais a medida foi desenvolvida. O objetivo deste artigo é desenvolver uma análise sobre a percepção de estudantes pretos e pardos sobre a política de cotas e os discursos que visam deslegitimar aos olhos desse grupo o ingresso no ensino superior mediante cotas raciais.

Palavras-chave: Cotas raciais. Ensino superior. Percepções.

RACIAL QUOTAS: THE POTENTIAL BENEFICIARIES AND THE CONTRARY SPEECHES

ABSTRACT: The question of racial quotas generates great controversy in Brazilian society strongly marked by belief in the "racial democracy" ideology. Therefore it earns a great rejection in several sectors of society, including among the black and poor for which the measure was developed . The purpose of this article is to develop a analysis on the perception of black and brown students about the quota policy and speeches aimed to delegitimizing at the eyes of this group the entry into higher education by racial quotas.

Keywords: Racial quotas. High Education. Perceptions.

1 Introdução

[1] Atualmente é professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Trabalho desenvolvido durante o Mestrado em Sociologia e Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: eduardoborgestrabalho@gmail.com.

O objetivo deste artigo é analisar os discursos contrários e as percepções de estudantes de classes populares sobre as cotas raciais, principalmente os pretos e pardos, que são objeto específico dessa política e tentar identificar discursos baseados em uma ideologia que pretende se apresentar como igualitária e fundada em critérios de justiça, mas que visam à desconstrução da política de cotas aos olhos desses jovens. Isso faz com que, em grande parte dos casos, renunciem a utilizar essa oportunidade legítima por receio de serem menosprezados no ambiente acadêmico e profissional. Porém, não há evidências de que a não adesão às cotas impediria que o preconceito ocorresse, pois a discriminação racial no Brasil é algo recorrente em todos os ambientes e também há grande probabilidade de que também ocorra devido à associação automática da cor da pele à condição de cotista. Os discursos contrários em grande medida focam nas cotas raciais e caracterizam o cotista como menos competente como se este não fosse avaliado ou não tivesse que, obrigatoriamente, obter pontuação determinada em edital para conquistar uma vaga. Dessa forma, há a possibilidade das cotas cumprirem a função de democratização do acesso a pretos e pardos, mas não combater a discriminação e ela se manter nas mesmas condições que vêm apresentando historicamente ou mesmo se radicalizar.

Na primeira seção traço um panorama das relações raciais no Brasil e discuto a difusão do conceito de "democracia racial", que nega o preconceito e a discriminação decorrentes da característica adscrita da cor da pele e se constitui em base teórica e ideológica para a crítica das ações afirmativas e medidas compensatórias em educação voltadas à população afro-brasileira. Essa visão de um país "igualitário" e diverso ultrapassa o meio acadêmico e influencia a forma como parte expressiva da população enxerga a questão das cotas raciais.

Na sequência continuo a análise acerca dos discursos veiculados no cotidiano a partir da análise da atuação dos meios de comunicação em massa. Estes possuem um papel essencial na formação do que se convenciona tradicionalmente denominar como "opinião pública". A mídia é um dos grandes espaços no qual vozes contrárias às ações afirmativas têm utilizado para difundirem suas ideias e formas de enxergar a questão. Operam pautadas na legitimação da desigualdade baseada no mérito – ou "meritocracia" (DUBET *apud* BARBOSA e SILVA, 2012) na qual aqueles que conseguem ter acesso ao melhor condicionamento ou "treinamento" para a jornada de exames e avaliações, seja pelo acaso do nascimento em uma família privilegiada ou em alguma menos favorecida que consiga (ou deseje) fazer esse "sacrifício familiar" e investir nisso valores que terão forte impacto no orçamento doméstico (LAHIRE, 1997). Analisar a mídia é importante porque esta acaba se convertendo em uma

das grandes legitimadoras da crítica às políticas compensatórias e espaço frequente de disputas políticas.

Após traçar o contexto geral da questão toco efetivamente na análise dos argumentos discutindo a visão dos estudantes sobre as cotas raciais como meio de combate a desigualdades sociais. É possível apreendermos várias circunstâncias relacionadas à desigualdade de oportunidades e acesso à informação na formação das percepções sobre a realidade. Procuro relacionar as visões colocadas a todo o arcabouço teórico mobilizado nos capítulos precedentes e elaborar uma análise sucinta e que vá diretamente ao ponto em questão que é entender a lógica que permeia os discursos contrários às cotas raciais e o que faz com que jovens carentes que seriam beneficiados pelas ações afirmativas sejam contrários a elas.

2 Metodologia

Este artigo foi desenvolvido por meio da revisão bibliográfica de obras na área da Sociologia da Educação que discutem os problemas no que diz respeito às desigualdades no acesso à educação de qualidade, entendida como aquela que além de fornecer aos estudantes os conteúdos curriculares necessários à vida profissional incentiva a busca de um raciocínio lógico e crítico da realidade que está à sua volta.

A importância da análise das percepções dos estudantes e a justificativa desse tema como uma questão sociológica residem no fato de que as desigualdades sociais não se restringem apenas à questão material e à desigualdade de renda entre indivíduos e grupos sociais. Elas também se apoiam em conjuntos de valores que legitimam essa desigualdade e lhe dão um sentido. As percepções dos agentes são importantes porque são informadas pelo contexto e serão importantes nas definições de suas ações práticas que podem ter o efeito de reprodução das desigualdades sociais.

O recurso à análise das condições históricas às quais a população afrodescendente brasileira está submetida foi muito importante para garantir sustentação à argumentação posterior referente à política de ação afirmativa porque traça de forma mais sólida o cenário sobre o qual se deseja atuar para a obtenção de mudanças na estrutura social e ampliação das oportunidades a que as minorias têm acesso.

A análise dos discursos contrários desenvolvida neste trabalho não poderia ser feita sem o apoio dos dados estatísticos. São mobilizados dados da Síntese de Indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2015 sobre a composição

social do corpo discente no ensino superior brasileiro e de levantamentos feitos por pesquisadores e profissionais das Ciências sociais foram muito eficazes para o que o artigo propõe. Os dados quantitativos são importantes porque fornecem um cenário mais palpável para que possamos entender melhor o substrato em que as diversas narrativas se desenvolvem.

3 Preconceito e "Democracia racial"

As relações raciais no Brasil são fortemente marcadas pela vigência no senso comum e em parte da produção acadêmica do conceito de "democracia racial". Esse termo indicaria um *status quo* no qual a segregação e a discriminação racial não estariam presentes na sociedade brasileira devido ao fato de nossa formação como povo ter a "marca" da miscigenação e, portanto, isso impossibilitaria o preconceito, o conflito racial e a segregação como ocorreu, por exemplo, na África do Sul e nos Estados Unidos.

O movimento negro, aqui citado de forma genérica, que começou a se articular ainda na década de 1930 passou por um período de maior dificuldade de atuação durante os governos militares que não viam a questão da raça como um elemento para a análise da realidade social brasileira e inviabilizava a ação de movimentos populares organizados, principalmente durante a vigência do Ato Institucional nº 5. Porém, a partir da reabertura política essas organizações voltam a se articular no sentido de contestar o mito reinante da "democracia racial" e a exigir mudanças no tratamento dispensado à população afrodescendente, maior igualdade de oportunidades educacionais e no mercado de trabalho e combate à discriminação cotidiana (GUIMARÃES, 2006).

A ideia de um país "livre" do preconceito racial é apreciada pela maior parte da população que se sente orgulhosa dessa característica humanitária e, principalmente, por uma parte dos setores mais abastados da sociedade, que veem na "democracia racial" uma maneira de não se discutir o peso e a influência do passado escravista e de uma ausência de políticas de inclusão pós-abolição e investimentos eficazes em educação pública de qualidade na configuração das desigualdades sociais atuais e formas de reparação que toquem em privilégios históricos fazendo com que os pressupostos racistas do sistema permaneçam incontestados (HASENBALG, 1988). O acesso à educação está incluído nesse contexto.

A crítica às ações afirmativas em grande medida é pautada por uma "defesa do caráter nacional" e pela convivência pacífica entre brancos e negros (pretos e pardos). As cotas raciais dariam origem a sentimentos e conflitos que seriam inexistentes no Brasil e provocariam uma racialização das relações sociais e imporiam um estigma aos beneficiários

dessas medidas (GRIN, 2010). Estaríamos descartando um dos maiores bens brasileiros que seria a "boa convivência" e "relações raciais pacíficas".[2] Porém, o que os movimentos negros organizados, as pesquisas acadêmicas e os relatos trazidos tanto pela popularização da Internet e das mídias sociais como pela própria mídia televisiva e impressa apontam é que o que existe de fato no Brasil é um "racismo velado" que tenta ser sutil em seu modo de agir. O estereótipo do negro na sociedade brasileira em geral é negativo: sempre são os principais suspeitos de cometerem crimes e os mais abordados pela polícia e as maiores vítimas de violência, os que mais sofrem discriminações em estabelecimentos comerciais, clubes, instituições de ensino etc.

O preconceito quando admitido em um discurso tende a ser atribuído a uma questão relacionada à estratificação social e, neste ponto de vista, o negro rico ou de classe média não sofreria preconceito. Essa é uma das principais estratégias de negação do preconceito racial e tentará demonstrar que o branco pobre é tão vítima de preconceito quanto o negro e relativizar o preconceito sofrido pela população negra. Como se o "preconceito social" fosse algo menos hediondo ou moralmente menos grave e suave (ALMEIDA, 2012).

4 Cotas raciais e o senso comum: o posicionamento da mídia

A mídia é outro campo privilegiado para pensarmos como essas questões são discutidas. A visibilidade dos grandes veículos de comunicação faz com que eles se convertam em verdadeiros formadores de opinião e que tenham um grande potencial de influência no que se convencionou chamar de opinião pública. Quando o assunto é a cota racial para o acesso ao ensino superior isso não é diferente. A mídia brasileira não ficou de fora do debate público que envolve a questão nas últimas décadas.

Em um país em que cada vez mais aumentam as denúncias relacionadas ao racismo e injúria racial e se observam casos notórios envolvendo pessoas públicas é difícil e problemático defender uma ideia de neutralidade nas relações sociais. Segundo a ouvidoria da Igualdade racial, órgão da 'Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República' foram registrados mais de 1500 casos de racismo nos últimos quatro anos[3] (sem levar em conta os que não são registrados no dia a dia e não vêm à tona) e esse fator não deve ser desconsiderado ao pensarmos o acesso à educação e as desigualdades sociais.

[2] FRY,Peter; MAGGIE, Yvonne. Política social de alto risco. http://www.schwartzman.org.br/.

[3] http://www.tribunadabahia.com.br/2015/10/05/denuncias-de-racismo-duplicam-em-quatro-anos-no-brasil. Publicado em: 05/10/2015. Acesso em: 08/02/2015.

A presença do tema nas páginas dos jornais e na televisão se intensifica após a adoção de ações afirmativas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia em 2001 e pela Universidade de Brasília (UNB) em 2004, que foi a primeira universidade federal a adotar cotas raciais. A forma como o tema aparece é variada: carta de leitores, artigos, editoriais, reportagens etc. João Feres Jr.[4] afirma que para manter a imagem de imparcialidade os jornais utilizam o recurso de controle de valência que procura distribuir de forma controlada argumentos favoráveis, contrários, neutros ou ambivalentes sobre cotas raciais. Em um projeto realizado com apoio da 'Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro' (FAPERJ) o autor analisa a abordagem realizada sobre ações afirmativas nos últimos treze anos pelos maiores jornais e revistas em circulação no país.

Uma das formas em que o discurso sobre o tema assume nas páginas dos periódicos nacionais é a transformação da ação afirmativa em "cota para negros", desconsiderando as diversas modalidades de ações e o fato de que a maior parte das cotas é oferecida a estudantes de escolas públicas sem considerar cor da pele. Outra estratégia é o destaque a casos particulares de sucesso de jovens de classes populares e negros como contraposição à regra da maioria dos casos como uma forma de enfraquecer a defesa das cotas raciais e a exaltar um discurso baseado na ideia de "meritocracia" com ênfase na responsabilização absoluta do jovem com menos recursos pelo próprio "fracasso" acadêmico.

4.1 A mídia online e os comentários de leitores

As mídias convencionais não são os únicos veículos de discussão. A Internet se torna cada vez mais difundida e um campo privilegiado para a troca de informações. Um componente importante no universo virtual é a possibilidade de interação "direta" com os leitores dos portais de notícias, que podem deixar seus comentários pessoais sem a existência de um filtro ou seleção de falas como uma seção de cartas de um jornal físico desenvolve. A partir da análise dessa ferramenta é possível termos uma amostra de como a questão é vista pela "opinião pública", ainda que em termos metodológicos não possamos defini-la como representativa da população brasileira, visto se restringir ao público que lê e acompanha as publicações desses veículos de imprensa.

Pesquisadores dos "Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas" da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizaram uma análise de discursos sobre as cotas raciais no Brasil a partir de comentários de leitores em um artigo sobre o tema em um

[4]FAPERJ. Como a grande mídia impressa vê a questão das ações afirmativas. Publicado em: 27/07/2013. Acesso em: 26/01/2016. http://www.faperj.br/?id=2491.2.8.

portal eletrônico de uma revista de grande circulação nacional (BOUSFIELD et al, 2014). Os comentários foram selecionados de forma a excluir da análise aqueles que não se relacionam com o tema e, a partir daí, foi feita uma análise para captar os principais argumentos e termos utilizados.

Os contrários à política de ações afirmativas, em sua maioria, citam a questão da "meritocracia" da seleção. Os estudantes cotistas são vistos como desprovidos de mérito para ingressar na universidade e como indivíduos que têm o potencial de eliminar candidatos com melhor preparação (estudantes de classes médias que frequentam instituições privadas de ensino principalmente) bem como diminuir a qualidade acadêmica das instituições.

Algo que pode ser discutido é a questão do prestígio como atributo dos grupos sociais. A entrada de jovens de classes populares gera um questionamento e um enfraquecimento do prestígio proporcionado pelo fato de estudar em uma universidade pública no Brasil no momento em que a universidade deixa de ser "exclusividade" de grupos favorecidos e acirra a concorrência pelos postos na sociedade, visto não haver evidência de que de fato esses novos grupos diminuam a qualidade da produção científica. A entrada desses novos alunos é vista como uma concorrência "desleal" e ameaça à manutenção do *status* familiar dos que já se encontravam estabelecidos no sistema.

Esse discurso possui ressonância na sociedade, inclusive entre os potenciais beneficiários das ações afirmativas que se auto-responsabilizam e adotam o discurso da "democracia racial" e da "meritocracia" sem se darem conta plenamente e em todas as suas consequências da posição de desvantagem em que se encontram e das amplas desigualdades sociais e de renda que potencializam a dificuldade de jovens carentes (HERINGER, 2013).

5 As percepções de estudantes: da "esmola" ao direito

O ingresso nas universidades públicas durante muito tempo foi associado à frequência de educação privada e a cursos preparatórios e relacionado a um público de pele mais clara e com maiores recursos financeiros. A visão de que ensino superior não era "coisa para pobre" perdurou por um longo período no senso comum brasileiro. Estudantes brancos e de classe média e alta tornam-se maioria nessas instituições. Padrão que se manteve praticamente inalterado por várias décadas.

A pesquisa sociológica não nega o papel do esforço para alcançar posições privilegiadas. Mesmo que um indivíduo possua todas as oportunidades e facilidades à mão o esforço pessoal é indispensável. Porém é preciso observar que as condições objetivas dos

jovens implicam grande impacto em suas trajetórias. Não existe milagre em questões sociais. O esforço empreendido por um jovem de classe popular que depende de um sistema educacional repleto de falhas estruturais para alcançar o mesmo objetivo é proporcionalmente maior que o realizado por um jovem de classe privilegiada que possui todas as ferramentas que o poder aquisitivo familiar pode lhes proporcionar. Jovens pobres são super-selecionados (BOURDIEU e PASSERON, 1975).

Esse *background* familiar e a posse de capitais sociais e culturais fazem toda diferença e isso determina que os estudantes pobres localizados nos últimos quintis de renda sejam minorias ou mesmo exceções dentro do sistema, ainda mais quando analisamos as carreiras mais valorizadas socialmente (VAILLANT, 2009). Nesse ponto da discussão entra a necessidade do investimento na educação básica pública e na promoção de oportunidades reais para essa parcela da população.

> Além disso, no entanto, aqueles que ocupam posições de riqueza e poder têm muitas aberturas disponíveis para perpetuar suas vantagens e transmiti-las a seus descendentes. Eles podem se certificar de que seus filhos têm a melhor educação disponível, e isso muitas vezes os levará a bons empregos. Apesar dos impostos sobre a riqueza e heranças, os ricos normalmente encontraram meios de transmitir grande parte de sua propriedade aos seus descendentes. A maioria daqueles que chegam ao topo tem uma vantagem: eles vêm de origens profissionais ou afluentes. Estudos de pessoas que se tornaram ricos mostram que quase ninguém começa com nada. A grande maioria das pessoas que "ganharam dinheiro" fez isso na base da herança ou recebendo pelo menos um montante modesto inicialmente - o que eles costumavam fazer mais (GIDDENS,1989, p. 231-232, tradução do autor).

Uma das pautas do movimento negro é a democratização do ensino superior. As mobilizações conquistaram vários avanços nas últimas décadas como a adoção de ações afirmativas em várias universidades, a criação do 'Programa Universidade para Todos' (PROUNI) que concede bolsas a estudantes carentes em universidades privadas e a posterior sanção da lei 12.711/2012, a 'Lei de Cotas' que reserva metade das vagas em universidades públicas para egressos de escolas públicas e vagas para estudantes negros em porcentagem correspondente à presença de negros na demografia dos estados.

Um levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da UERJ coordenado pelo professor João Feres Jr.[5] mostra que em 2014, após dois anos de validade da 'Lei de cotas', houve aumento substantivo de 225% de vagas reservadas a alunos negros, pardos e indígenas e de 78% para egressos de escolas públicas. No quadro geral de

[5] http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/lei-de-cotas-aumenta-em-225-vagas-para-negros-indigenas-12199733. Publicado em: 16/04/2014. Acesso em 26/01/2016.

vagas, considerando-se todas as reservas de vagas o aumento foi de 155%. Dados do IBGE[6] apontam que até 2015 houve aumento da participação de estudantes dos quintis de renda mais baixa no ensino superior público e privado e uma diminuição da participação nos extratos mais ricos.

Apesar das evidências do aumento da inclusão no ensino superior a aprovação das ações afirmativas não é unânime entre jovens negros e carentes. Muitos não possuem acesso a essas informações ou conhecimento da existência das mesmas. Essa é uma questão interessante para ser discutida.

Um trabalho importante para a análise é a pesquisa desenvolvida com estudantes carentes na comunidade da Cidade de Deus, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro por Rosana Heringer, professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa foi desenvolvida entre setembro de 2011 e outubro de 2012 por meio de levantamentos bibliográficos, pesquisa de campo e grupos focais. No decorrer desses grupos ficava claro o pouco entendimento por parte da maioria dos estudantes dos mecanismos que geram a desigualdade social e assumem um discurso contrário a medidas compensatórias.

Mobilizam todo um vocabulário de motivos para explicar as razões que os levam a discordar das ações afirmativas, principalmente das cotas raciais. Assumem um discurso amplamente consolidado no senso comum que enxerga as cotas raciais como um ataque à igualdade e uma forma de diminuir e estigmatizar o estudante negro e uma forma de racismo. As cotas não seriam necessárias pelo fato de não serem menos capazes que os estudantes brancos. A ideia de "meritocracia" aparece com força e a ação afirmativa é compreendida por esses atores como uma espécie de "esmola".

Quando a essa argumentação foram contrapostos argumentos que colocavam a questão das desigualdades sociais e o panorama histórico da discriminação das populações pretas e pardas na sociedade brasileira alguns alunos que participavam do grupo focal, também pretos e pardos estudantes da rede pública de ensino, expressaram mudança de opinião sobre o tema. Indo de um extremo a outro houve quem chegasse à conclusão de que alunos oriundos das redes privadas deveriam ser proibidos de frequentar universidade pública. Isso mostra certa superficialidade no conhecimento sobre o ensino superior e os programas de ação afirmativa devido à inserção social desses jovens e ao trabalho insuficiente das unidades escolares nesse esclarecimento.

[6] Síntese de Indicadores sociais 2015. IBGE. http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295011.

Grande parte dos argumentos contrários mobilizados coincide com os argumentos veiculados pelos meios de comunicação. Como demonstrado acima, a maioria possui viés crítico a essas medidas compensatórias e devido à visibilidade que possuem essa visão tende a se espalhar de forma mais eficiente, visto que a propaganda institucional do Ministério da Educação que se restringe ao período próximo que antecede o Exame Nacional do Ensino Médio, que privilegia a idealização da universidade e a exaltação das ações governamentais, e a dos movimentos sociais não conseguem se aproximar do público mais carente com a mesma eficiência da "grande mídia".

Esses discursos contrários operam de forma a fazer com que o jovem carente se sinta constrangido e inferiorizado e, dessa forma, não utilizar a cota racial. As desigualdades são relativizadas e a questão é reconfigurada em termos de esforço pessoal e livre iniciativa de maneira que as diferenças de ponto de partida entre estudantes carentes e egressos das classes médias e altas entrem na discussão como um detalhe "insignificante" e sejam caracterizadas como apenas uma justificação para o fracasso para indivíduos que "pouco se esforçam" e colocar quem sempre teve privilégios, ainda que pelo acaso do nascimento, no acesso à educação de qualidade, preparatórios privados e tranquilidade para estudar como vítimas de um "modelo injusto de ações afirmativas".

No sentido oposto, o trabalho de Bittar e Almeida (2006) com estudantes cotistas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul demonstra que os cotistas enxergavam o sistema de cotas como um direito e uma oportunidade de entrada no ensino superior, bem como compensação pelas injustiças do passado escravista, demonstrando certo domínio do discurso por parte desses alunos e um posicionamento político sobre o tema. Mobilizam o fator do passado escravista como um elemento histórico estratégico de legitimação das políticas.

Não existe homogeneidade na forma de compreender a questão das cotas raciais. Apesar da maior rejeição se encontrar entre setores mais ricos e escolarizados da sociedade (QUEIROZ e SANTOS, 2006), mesmo entre os mais pobres há formas distintas de enxergar a questão exemplificada ao compararmos os discursos de jovens da Cidade de Deus e cotistas universitários em Mato Grosso do Sul.

6 Considerações finais

As cotas raciais são medidas que geram polêmica sobre as categorias de mérito, igualdade e direitos individuais. São geradas diversas formas de estigma em relação a esses

jovens oriundos de classes populares que ingressam na universidade pública por meio do sistema de cotas.

Os sistemas de ensino, ao reproduzirem desigualdades educacionais, favorecem e estimulam – nem que seja de forma implícita – o estigma em relação àqueles que não possuem os atributos da cultura legítima: os ditos "incompetentes". Quando a política de cotas se institucionalizou, esse estigma ganhou ainda mais força por meio do discurso conservador, que mobiliza diversos argumentos com objetivo garantir a permanência da estrutura social.

Não será a simples abolição das ações afirmativas que fará com que o estigma que envolve a população afro-brasileira seja eliminado. Ele é muito anterior à institucionalização das cotas e remonta aos períodos iniciais da colônia. Somente em 1951 houve a primeira iniciativa de punir a discriminação e injúria racial no Brasil. Ainda assim a "Lei Afonso Arinos" (Lei 1390/1951), sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, não as definia como crimes, mas como contravenção. Somente após a Constituição de 1988 que a discriminação passa a ser considerada crime. Como podemos ver é algo recente em termos históricos em nosso país e as práticas discriminatórias ainda são muito presentes.

A "denúncia" dessa situação é uma forma de evidenciação dos estereótipos que definem os padrões legítimos de apresentação social e as estratégias de manutenção de posições na sociedade. O discurso da "democracia racial" aponta como estratégia para a superação das desigualdades o investimento na educação básica de qualidade para que as cotas raciais não sejam necessárias. Porém, devemos considerar que, apesar da validade indiscutível da proposta, isso não é algo com resultados imediatos. Logo fica a questão sobre o que fazer com essas gerações afetadas pela desigualdade nesse período e que destinos são possíveis a elas.

Na prática configura-se mais como um discurso pragmático de desmoralização das ações afirmativas que como preocupação com a qualidade da educação ou com a estigmatização da juventude negra. O próprio fato das cotas raciais não serem medida permanente (possuem validade de 10 anos) aponta para a necessidade de investimento na educação básica sem deixar as gerações que ainda sofrem com essa situação de precariedade à própria sorte. Tratar o tema dessa forma faz com que se converta em um discurso cômodo para aqueles que não enfrentam as dificuldades dos jovens negros e mais pobres no Brasil que desejam superar sua condição de pobreza, que possuem poucas oportunidades práticas e duas opções: conformismo com o inevitável ou então tentarem ser exceções (de fato, exceções) o que aponta que existe um problema no que diz respeito ao acesso às oportunidades.

A principal conclusão é de que é preciso oferecer condições iguais de acesso à educação, independentemente de cor de pele e origem social e de que enquanto medidas efetivas são (ou deveriam ser) tomadas para chegar a esse objetivo é preciso agir no sentido de incluir essa população historicamente marginalizada no ensino superior e no mercado de trabalho para que as gerações que os sucederem tenham maiores oportunidades e para que o país tenha mais pessoas qualificadas e com maior diversidade de fato, que deve ser marca de uma sociedade plenamente democrática.

7 Referências

ALMEIDA, C; BITTAR, M. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Revista Educar.** Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 141-159, 2006.

ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 5ª ed., 2012.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; SILVA, Nelson do Valle. Desempenho individual e organização escolar na realização educacional. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, v.2. n.4, p.159-185, Nov/2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BOUSFIELD, A.; CAMARGO, B.; CASTRO, A.; KOELZER, L. Representações sociais na internet sobre cotas para negros em universidades federais. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências. Humanas.** Florianópolis: Periódicos UFSC, v.15, n.106, p. 202-220 – jan./jun. 2014.

GIDDENS, Anthony. Sociology. Polity Press: Cambridge, 1989.

GRIN, Mônica. **'Raça': debate público no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010.

GUIMARÃES, Antonio S. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. In: **Classes, raças e democracia.** . São Paulo: Editora 34, 2002, pp.137-168.

GUIMARÃES, Antonio S. Depois da democracia racial. **Tempo social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, v.18, n.2, p.269-287, Novembro/2006.

HASENBALG, Carlos. Desigualdades Raciais no Brasil. In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice, 1988.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: PAIVA, Angela R. (org.) **Entre dados e fatos:** ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Pallas ed., 2010.

HERINGER, Rosana. **Expectativas de acesso ao ensino superior:** um estudo de caso na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edição do Autor (ebook), 2013.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares:** as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.

QUEIROZ, Delcele; SANTOS, Jocélio. **Sistema de cotas:** um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 27, n. 96, p. 717-737, out. 2006.

VAILLANT, Denise. A profissão docente. In: COX, Cristián; SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). **Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana.** Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009.

Recebido em abril de 2016
Aprovado em dezembro de 2017